

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Atualização do Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2015-2020)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – LIMA, Wânia Claudia Gomes Di Lorenzo. Meninos (as) da rua ou meninos (as) do estado: um estudo sobre a postura intervencionista estatal no enfrentamento da situação de rua. 2017. 201p. Tese (Doutora em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

2) Orientadores – BORGES, Maria Creusa de Araújo.

3) Resumo – A tese analisa as intervenções estatais sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Parte-se do pressuposto de que mesmo constatando que o capitalismo global, a pobreza, o desemprego e a exclusão estão diretamente correlacionados com o contexto atual da população de rua, repercutindo no aspecto macro do desenvolvimento social e econômico brasileiro, tais fatores não podem ser justificados como congênitos e inevitáveis para a gestão pública. A investigação reflete sobre as escolhas de recolhimentos forçosos da rua, levantando a dicotomia entre a institucionalização e o direito à convivência familiar, problematizando que o poder familiar intacto pode ser um dos fatores de entraves da ação estatal frente às crianças e aos adolescentes em situação de rua. O alicerce deste estudo se fundamenta nas bases teórico-conceituais, em especial a abordagem proposta por Amartya Sen, norteando a investigação sobre os limites para a liberdade que a situação de rua provoca, além do diálogo com a abordagem de Ulrick Beck, focando na categoria sociedade de risco. Centra-se na intervenção do Estado, no período de 2003-2016 (julho), sob dois ângulos: o primeiro, na atuação do Executivo, com plano de investigação nas políticas públicas, apontando o sistema normativo que sustenta as tomadas de decisões referentes ao fenômeno criança e adolescente em situação de rua, com a incumbência de ordenar por dimensões as linhas de ações destinadas ao problema. No segundo, aborda a atuação no âmbito do Judiciário, esmiuçando o papel dos agentes do sistema de justiça de proteção da infância e juventude em condição de vulnerabilidade, tendo se deparado com limitações em jurisprudências referentes às ações individuais de recolhimentos de crianças e dos adolescentes em situação de rua, que recaiam em tutela de institucionalização, chegando às cortes brasileiras. Faz-se uso de abordagem qualitativa, de limitando as categorias analíticas em: criança e adolescente em situação de rua, sociedade de risco, desenvolvimento humano e intervenção do Estado. Conclui-se pela configuração de um novo modelo intervencionista, um “Estado Intervencionista não Coercitivo–Modelo Proativo”, que prescreve para o papel do Estado: o redirecionamento do modelo assistencial; uma postura mediadora entre a família e a sociedade; além de compromisso e iniciativa em ações de retirada da rua que respeitem a condição de sujeitos capazes de operar no seu próprio destino. A investigação transcende o olhar de crianças e adolescentes como sujeitos pertencentes ou empoderados por alguém.

4) Palavras-Chave – criança e adolescente; situação de rua; sociedade de risco; desenvolvimento humano; intervenção estatal.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.